

RECLAMAÇÃO Nº 37.375 - SP (2019/0039448-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECLAMANTE : AGROPECUARIA CAPAO GRANDE LTDA
ADVOGADO : THIAGO MATEUS GALDINO DA SILVA - SP292867
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : BRASKEM S/A
ADVOGADOS : PAULO WAGNER PEREIRA - SP083330
SANDRA DE SOUZA MARQUES SUDATTI E OUTRO(S) - SP133794
EDNEIA DE SOUZA CARMO TENORIO - SP262619

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por AGROPECUÁRIA CAPÃO GRANDE LTDA., com fundamento no art. 988, IV, §4º, do CPC/15, contra decisão proferida pela Presidência da Seção de Direito Privado do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/SP.

Afirma, em resumo, que "(...) *Trata-se de Embargos de Terceiro, o qual o Reclamante alega em síntese que pretende desconstituir a penhora efetivada nos autos que tramitam pelo R. Juízo de 1ª instância, ação de execução (...) que BRASKEM S/A promove contra SAHF - CORPORATE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA., por haver sido decretada nos autos em testilha, fraude à execução, atingiu bem imóvel adquirido pelo ora Autor.*" Acrescenta, nesse contexto, que os embargos de terceiro foram rejeitados pelo r. juiz togado. Interposto recurso de apelação, este restou improvido. Apresentado recurso especial, não foi admitido em razão do que decidido no repetitivo n.º 956943/PR. Inconformada, a ora reclamante interpôs Agravo em Recurso Especial, com fundamento no art. 1.042 do CPC, o qual não foi conhecido. Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados. Aduz, nesse contexto, que "(...) *a presente Reclamação visa preservar a competência do E. Superior Tribunal de Justiça que, no caso em tela, teve usurpada sua atividade natural de apreciar agravo de instrumento de Recurso Especial, conforme demonstrado nas razões de embargos de declaração.*" Aduz, outrossim, que "(...) *Dispõe a norma cogente que, ressalvada a ocorrência de reconsideração, o prolator da decisão agravada não pode impedir o seguimento do agravo rumo ao tribunal ad quem (órgão de instância superior), sob pena de usurpação de competência.*" Assevera, assim, que "(...) *o juízo de admissibilidade do Agravo no Recurso Especial deve ser feito pelo Tribunal ao qual ele se dirige, não cabendo à Corte de origem indeferir o seu processamento.*" Diz, acerca do *merum causae* que "(...) *Em nenhum momento restou caracterizada a má-fé da*

Reclamante, tendo em vista que, não efetuou nenhum negócio com pessoa insolvente, sobretudo, com a intenção de fraudar qualquer expectativa de direito de outrem."

Requer, assim, a procedência da presente reclamação a fim de cassar a decisão proferida pela Presidência da Seção de Direito Privado do TJ/SP.

É o relatório.

Decide-se.

A reclamação **não** merece prosperar.

1. De acordo com a jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um **comando positivo** desta Corte Superior **cuj a eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada** (*ut* Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009).

Assim, nos termos dos artigos 105, I, "f", da Constituição Federal, 988, inc. II, do NCPC e 187 do RISTJ, somente caberá reclamação quando um órgão julgador estiver exercendo competência privativa ou exclusiva deste Tribunal ou, ainda, quando as decisões deste não estiverem sendo cumpridas por quem de direito.

Com esse norte hermenêutico, a presente reclamação constitucional deve ser indeferida liminarmente, porquanto é uníssona a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o *"seu acolhimento, nesses casos, tornaria ineficaz o propósito racionalizador implantado pelo regime dos recursos repetitivos"* AgRg na Rcl 29.631/SP, **Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO**, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017). Confira-se a ementa do referido julgado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO QUE IMPUGNA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM, QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL, APLICANDO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ, EM RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C, § 7º, INCISO I, DO CPC/73). NÃO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto contra decisão publicada em 22/02/2016, que negou seguimento à Reclamação.

II. Hipótese em que a Reclamação impugna decisão do Tribunal de origem, que, após receber como Agravo Regimental o Agravo interposto contra decisão que negara seguimento ao seu Recurso Especial, com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, não conheceu do recurso, por intempestivo.

III. A Reclamação é ação de natureza constitucional, que visa preservar a competência desta Corte ou garantir a autoridade

de suas decisões, conforme dispõem os arts. 105, I, f, da Constituição Federal e 13 e seguintes da Lei 8.038/90, sendo indevido o seu uso como sucedâneo recursal.

IV. É incabível a Reclamação, prevista no art. 105, I, f, da Constituição Federal, para impugnar decisão do Tribunal de origem, que não conheceu, por intempestivo, do Agravo Regimental interposto contra decisão que nega seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, pois a Reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, além do que **seu acolhimento, nesses casos, tornaria ineficaz o propósito racionalizador implantado pelo regime dos recursos repetitivos.**

V. Com efeito, *"segundo a jurisprudência desta Corte, não é cabível a utilização da reclamação constitucional contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, ainda que confirmada em subsequente agravo regimental (...)"*

VI. Agravo Regimental improvido.

AgRg na Rcl 29.631/SP, **Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES**, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017.

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL (CF, ART. 105, I, f). DECISÃO RECLAMADA. INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL, CONSOANTE O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. ART. 1.040, I, DO CPC; ART. 543-C, § 7º, I, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. NÃO CABIMENTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Código de Processo Civil atribuiu, com exclusividade, aos tribunais locais o juízo de admissibilidade do recurso especial nos casos em que o acórdão recorrido coincidir com a jurisprudência firmada no julgamento de recurso repetitivo, cabendo contra essa decisão apenas agravo interno.

2. A previsão legal de que caberia agravo em recurso especial contra a decisão de inadmissão de recurso especial, sob o fundamento de que o acórdão recorrido coincide com a orientação desta Corte, foi revogada ainda durante a vacatio legis do novo Código de Processo Civil.

3. **Conforme o entendimento uníssono desta Corte, é manifestamente inadmissível a reclamação constitucional manejada em face de decisão que não conheceu de agravo em recurso especial movido contra acórdão de Tribunal local que, promovendo o juízo de adequação previsto no rito dos recursos repetitivos (art. 1.040, I, do CPC; art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973), nega seguimento a recurso especial ao constatar que o aresto recorrido coincide com a orientação consolidada por esta Corte sob o rito singular.**

4. Agravo interno não provido.

AgInt na Rcl 34672 / DF, Rel. Min. Lázaro Guimarães (Desembargador Convocado do TRF da 5ª Região). DJe de 27/11/2017. (grifos nossos)

E ainda: AgRg na Rcl 27.447/RJ, Rel. Min. **BENEDITO GONÇALVES**, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/12/2015; AgRg na Rcl 16.032/RJ, Rel. Min. **MAURO CAMPBELL MARQUES**, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/05/2014; AgRg na Rcl 14.190/RJ, Rel. Min. **ARI PARGENDLER**, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/12/2013; AgRg na Rcl 4.231/RS, Rel. Min. **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 15/08/2012; AgRg na Rcl 28.483/PE, **Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 02/03/2016.

Com esse norte hermenêutico, na hipótese, o acórdão combatido aplicou o entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 956.943/PR, Rel.p/acórdão Min. João Otávio de Noronha, DJe de 1.12.2014, ao entendimento de que *"(...) O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ)"* Registra-se, por oportuno, trecho do excerto, *verbis*: *"(...) Desse modo, embora não registrada a penhora realizada após a citação do devedor alienante, a prova constante dos autos gera o convencimento da existência de má-fé da empresa embargante, decorrente de conhecimento prévio da existência da execução, porquanto a empresa embargante, além de ter sido constituída pelo alienante, era, à época da alienação, representada pela sua irmã, a qual, menos de um ano antes, havia ingressado na sociedade no lugar dele e da executada Maria Catelani."*

Com efeito, no caso concreto, não restou caracterizada inobservância a precedente repetitivo que justificasse a propositura da reclamação prevista no artigo 988, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015. Nesse sentido, confira-se: AgInt na Rcl 35870 / RJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 23/10/2018, assim ementado:

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.

1. Na hipótese, o acórdão combatido aplicou o entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.210.064/SP para indeferir o pedido de indenização, baseando-se nas peculiaridades fáticas do caso concreto que não foram objeto do referido paradigma.

2. No caso concreto, não caracterizada inobservância a precedente repetitivo que justificasse a propositura da reclamação prevista no artigo 988, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015.

3. Agravo interno não provido.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do Código de Processo Civil e no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **indefiro** liminarmente a presente Reclamação.

Publique-se. Intimem-se. Após, arquivem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

